

PLANO DE AUDITORIA DE LONGO PRAZO – QUADRIÊNIO 2018/2021

ANEXO I

| PLANO ESTRATÉGICO DO TRT 7 – PEI – 2015/2020 | | | | |
|---|--|--|--|--|
| OBJETIVOS ESTRATÉGICOS: | | | | |
| Nº 1. Promover a melhoria da gestão de pessoas e da qualidade de vida | | | | |
| Nº 2. Aperfeiçoar a gestão de custos | | | | |
| Nº 3. Aprimorar a infraestrutura e a governança de TIC | | | | |
| Nº 8. Fortalecer os processos de governança e o combate à corrupção | | | | |

| TEMAS/OBJETOS DE AUDITORIA | CRITÉRIOS | SEÇÃO | EXERCÍCIOS | | | |
|--|---|------------------------|------------|------|------|------|
| | | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 1. GESTÃO DA GOVERNANÇA E COMBATE À CORRUPÇÃO | | | | | | |
| 1.1 Transparência Pública/Contas Públicas | Relevância: Estímulo e fortalecimento do Controle Social. | | | | | |
| 1.1.1 Informações Financeiras e Orçamentárias | | SCGOF | | X | | X |
| 1.1.2 Informações Administrativas e Patrimoniais | | SCGAP | X | | | X |
| 1.1.3 Informações de Pessoal | | SCGP | | X | | X |
| 1.2 Ações de Governança Institucional | Relevância: Impulsiona a eficiência operacional, contribuindo não só para o atendimento dos objetivos estratégicos do Tribunal, como também para o fortalecimento da instituição. | SCGAP SCGOF SCGP | | | X | |
| 1.3 Resultados das metas estabelecidas no Plano Estratégico Institucional (PEI 2015/2020) | Relevância: O PEI é instrumento de fundamental importância para orientar os desdobramentos, a execução (iniciativas, ações e projetos) e a comunicação da estratégia necessários ao alcance dos objetivos e metas institucionais. | SCGOF | | X | | |
| 2. GESTÃO DE AQUISIÇÕES | | | | | | |
| 2.1 Processos de licitação e de adesão a atas de registro de preços | Materialidade: Correspondente, na tendência de alocação dos recursos orçamentários, a cerca de 79% das despesas, a exceção de pessoal, foram realizadas por meio de licitação (Anexo II - Quadro III). | SCGAP | X | | X | |
| 2.2 Processos de dispensa e de inexigibilidade | Materialidade: Correspondente, na tendência de alocação dos recursos orçamentários, a cerca a 20% das despesas foram realizadas por meio de dispensa ou inexigibilidade (Anexo II - Quadro III). | SCGAP | X | X | X | X |
| 2.3 Critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços e de obras | Relevância: Constitui determinação específica em auditorias de contas regulamentadas pelo TCU, bem como aspecto de relevo no contexto das políticas de preservação do meio-ambiente. | SCGAP | | X | | X |

PLANO DE AUDITORIA DE LONGO PRAZO – QUADRIÊNIO 2018/2021

ANEXO I

| TEMAS/OBJETOS DE AUDITORIA | CRITÉRIOS | SEÇÃO | EXERCÍCIOS | | | |
|---|--|-------|------------|------|------|------|
| | | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 2. GESTÃO DE AQUISIÇÕES | | | | | | |
| 2.4 Obras e serviços de engenharia | Criticidade: Correspondente, na tendência de alocação dos recursos orçamentários, a cerca a 4% das despesas totais excluídas as despesas com pessoal e encargos sociais (Ver Quadros IV e V). | SCGAP | X | X | | X |
| 2.5 Controles internos administrativos referentes às aquisições | Materialidade: Correspondente, na tendência de alocação dos recursos orçamentários, a cerca a 49% das despesas, a exceção de pessoal, são referentes a aquisições (Ver Quadros III e V). | SCGAP | | | X | |
| 3. GESTÃO CONTRATUAL | | | | | | |
| 3.1 Contratos de serviços terceirizados | Materialidade: Correspondente, na tendência de alocação dos recursos orçamentários, a cerca a 13% das despesas, a exceção de pessoal, são referente a serviços terceirizados (Ver Quadro VI). | SCGAP | | X | | X |
| 3.2 Contratos de obras e serviços de engenharia | Criticidade: Correspondente, na tendência de alocação dos recursos orçamentários, a cerca a 4% das despesas totais excluídas as despesas com Pessoal e Encargos Sociais (Ver Quadros IV e V). | SCGAP | | X | | X |
| 3.3 Demais contratos de bens e de serviços | Materialidade: Correspondente, na tendência de alocação dos recursos orçamentários, a cerca a 49% das despesas, a exceção de pessoal, são referentes a aquisições (Ver Quadros III e V). | SCGAP | | X | | X |
| 3.4 Controles internos administrativos relacionados à gestão de contratos | Materialidade: Correspondente, na tendência de alocação dos recursos orçamentários, a cerca a 49% das despesas, a exceção de pessoal, são referentes a aquisições (Ver Quadros III e V). | SCGAP | | X | | X |
| 4. GESTÃO PATRIMONIAL | | | | | | |
| 4.1 Gestão de bens móveis e/ou de materiais de consumo | Materialidade e Criticidade: No último levantamento de bens patrimoniais foram relacionados 29455 bens permanentes sob gestão das unidades administrativas e judiciárias. O procedimento de inventário patrimonial foi iniciado em 2014 e ainda se encontra inconcluso. | SCGAP | X | X | X | X |
| 4.2 Gestão de bens imóveis (Bens em uso especial) | Materialidade e Criticidade: 25 imóveis sob gestão deste TRT: 19 próprios e 6 locados ou cedidos de terceiros. Os exames de auditoria indicam que a regularização documental e cadastral dos imóveis junto à Superintendência do Patrimônio da União do Ceará (SPU/CE) encontra-se inconclusa a vários exercícios. | SCGAP | X | | X | |

PLANO DE AUDITORIA DE LONGO PRAZO – QUADRIÊNIO 2018/2021

ANEXO I

| TEMAS/OBJETOS DE AUDITORIA | CRITÉRIOS | SEÇÃO | EXERCÍCIOS | | | |
|---|---|-------|------------|------|------|------|
| | | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 4. GESTÃO PATRIMONIAL | | | | | | |
| 4.3 Planejamento de Obras e de Serviços de Engenharia | Relevância: Obrigação por força de dispositivo normativo (Res. CNJ 114/2010 e Res. CSJT 70/2010). | SCGAP | X | X | X | X |
| 5. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO | | | | | | |
| 5.1 Governança - Ação Coordenada pelo CSJT | Materialidade, relevância e criticidade: Corresponde, na tendência de alocação dos recursos orçamentários, a cerca de 11% das despesas totais, excluídas as despesas com Pessoal e Encargos Sociais (Ver Quadros VII e VIII) e consta como Objetivo nº 3 (Aprimorar a infraestrutura e a governança de TIC no Planejamento) no Plano Estratégico do TRT7. | SCGAP | X | | | X |
| 5.2 Aquisições de bens e serviços | | SCGAP | | X | | X |
| 5.3 Gestão de contratos de bens e de serviços | | SCGAP | | X | | X |
| 5.4 Aquisições de bens e serviços com recursos descentralizados pelo CSJT | | SCGAP | X | | X | |
| 6. GESTÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA | | | | | | |
| 6.1 Contabilização da Folha de Pagamento | Materialidade: Correspondente, na tendência de alocação dos recursos orçamentários, a cerca a 84% da despesa total do órgão (Ver Quadro I). | SCGOF | | X | | X |
| 6.2 Registros referentes a empenhos, liquidações e pagamentos | Relevância: A qualidade da informação contábil é fundamental para a gestão da despesa pública e de fomento ao controle social. | SCGOF | X | | X | |
| 6.3 Inscrição de Restos a Pagar - RAP | Relevância: Garantir melhoria do processo de execução orçamentária, minimizando o volume de recursos inscritos em restos a pagar. | SCGOF | X | | | |
| 6.4 Encerramento contábil de Exercício | Relevância: A qualidade da informação contábil é fundamental para a gestão da despesa pública e de fomento ao controle social. | SCGOF | | X | | X |
| 6.5 Demonstrações Contábeis | Relevância: A qualidade da informação contábil é fundamental para a gestão da despesa pública e de fomento ao controle social. | SCGOF | X | | | |
| 6.6 Execução da Lei Orçamentária Anual (LOA) | Relevância: Proporcionar conjunto de informações à Alta Administração para subsidiar o processo de Governança Institucional | SCGOF | | X | | X |

PLANO DE AUDITORIA DE LONGO PRAZO – QUADRIÊNIO 2018/2021

ANEXO I

| TEMAS/OBJETOS DE AUDITORIA | CRITÉRIOS | SEÇÃO | EXERCÍCIOS | | | |
|--|---|-------|------------|------|------|------|
| | | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 6. GESTÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA | | | | | | |
| 6.7 Execução operacional da Ação Orçamentária "Apreciação das Causas na Justiça do Trabalho" | Relevância: Proporcionar conjunto de informações à Alta Administração para subsidiar o processo de Governança Institucional | SCGOF | X | | | |
| 6.8 Registros contábeis referentes a passivos | Criticidade: Além da materialidade do objeto a auditoria realizada durante o exercício de 2017 sinaliza a fragilidade dos controles internos. | SCGOF | | X | | X |
| 6.9 Registros contábeis referentes a precatórios | Materialidade: A despesa empenhada com precatórios, correspondente na tendência de alocação dos recursos orçamentários a cerca de 1% do total das despesas do órgão, tendo atingido R\$4.613,1 milhões em 2017, nunca integrou o Plano de Auditoria (Ver Anexo II - Quadro I). | SCGOF | X | | | |
| 6.10 Controles da ordem cronológica em processos de pagamento | Criticidade: Reavaliação do cumprimento da legislação tendo em vista a obrigatoriedade da Administração Pública de efetuar os pagamentos aos fornecedores em conformidade com a exigibilidade dos créditos que se apresentem ao pagamento. | SCGOF | | | | X |
| 6.11 Depreciação de bens | Relevância: Continuidade da avaliação dos procedimentos legais de forma a conferir consistência das demonstrações relacionadas ao patrimônio. | SCGOF | X | | X | |
| 6.12 Demonstrativos do Relatório de Gestão Fiscal | Relevância: Obrigação por força de dispositivo legal. | SCGOF | X | X | X | X |
| 7. GESTÃO DE PESSOAS | | | | | | |
| 7.1 Despesas com Folha de Pagamento (Servidores e Magistrados Ativos, Aposentados e Pensionistas) | Materialidade, Relevância e Criticidade: A Folha de Pagamento, na tendência de alocação dos recursos orçamentários, corresponde a 84% das despesas totais do órgão, além da existência de determinação específica para constar dos exames nas auditorias de contas regulamentadas pelo TCU (Ver Anexo II - Quadro I). | SCGP | X | X | X | X |
| 7.2 Cadastro de assentamentos funcionais dos Servidores e Magistrados Ativos, Aposentados e Pensionistas | Materialidade, Relevância e Criticidade: O cadastro constitui a base de informações para a Folha de Pagamento de pessoal (89% da despesa do órgão), aliada à migração em curso para o novo Sistema de Gestão de Pessoas (Ver Anexo II - Quadro I). | SCGP | | | X | |

PLANO DE AUDITORIA DE LONGO PRAZO – QUADRIÊNIO 2018/2021

ANEXO I

| TEMAS/OBJETOS DE AUDITORIA | CRITÉRIOS | SEÇÃO | EXERCÍCIOS | | | |
|--|--|-------|------------|------|------|------|
| | | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 7. GESTÃO DE PESSOAS | | | | | | |
| 7.3 Controles internos referentes à elaboração da Folha de Pagamento de Pessoal | Materialidade, Relevância e Criticidade: A Folha de Pagamento corresponde a 84% da despesa total do órgão. Ademais, auditorias realizadas sinalizam a existência de fragilidades no controle interno e de elevado nível de risco na sua elaboração, uma vez que dela participam várias unidades do TRT. (Ver Anexo II - Quadro I). | SCGP | | | X | |
| 7.4 Ações referentes a capacitação e treinamento | Relevância: Ações com impacto direto no desempenho operacional do órgão e fundamentais para garantir observância aos princípios da legalidade, eficiência e eficácia da gestão. As despesas no orçamento total do órgão representaram R\$1.433,6 mil em 2017 (Ver Anexo II - Quadro IX). | SCGP | | | | X |
| 7.5 Ações referentes a requisição e a cessão de servidores | Relevância e criticidade: Aspecto objeto de grande impacto na gestão operacional e estratégica do órgão, cujas ações de controle e auditoria indicam a existência de deficiências e fragilidades. | SCGP | | | | X |
| 7.6 Controles internos referentes a pagamentos de sentenças judiciais na Folha de Pagamento. | Criticidade: Procedimento administrativo que resulta em despesas, cujas ações de auditoria e controle indicam a existência de fragilidades. | SCGP | X | | | |
| 7.7 Controles internos administrativos relacionados a gestão de pessoas | Relevância: Impulsionar o processo de gestão de risco na área de gestão de pessoas. | SCGP | | | | X |
| 7.8 Ações de qualidade de vida no trabalho e valorização do servidor | Relevância: Ação de impacto para o bem-estar e o desempenho dos servidores e, portanto, fundamental para garantir a eficiência e eficácia na execução dos programas e ações sob responsabilidade do órgão. | SCGP | | X | X | |
| 7.9 Concessão de diárias e passagens | Relevância e criticidade: Obrigação por força de dispositivo regulamentar (Resolução CSJT 124/2013), além de sinalização em trabalhos de auditoria da necessidade de aperfeiçoamento nos controles internos. | SCGP | | X | | X |
| 7.10 Ações de Apoio ao Ensino (Programa de estágios de ensino médio e fundamental) | Materialidade: As despesas com a ação corresponde, na tendência de alocação dos recursos orçamentários, a cerca de 4% das despesas empenhadas excluído Grupo de despesas com Pessoal e Encargos Sociais (Ver Anexo II - Quadro VII). | SCGP | X | | | |
| 7.11 Ações referentes ao Teletrabalho | Relevância: recente regime de trabalho adotado pelo Tribunal, com perspectiva de expansão. | SCGP | | X | | |

PLANO DE AUDITORIA DE LONGO PRAZO – QUADRIÊNIO 2018/2021

ANEXO I

| TEMAS/OBJETOS DE AUDITORIA | CRITÉRIOS | SEÇÃO | EXERCÍCIOS | | | |
|--|--|------------------------|------------|------|------|------|
| | | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 7. GESTÃO DE PESSOAS | | | | | | |
| 7.12 Metas e indicadores de desempenho da gestão de pessoas | Relevância: A fixação de metas e indicadores demonstram por meio de métricas o alcance dos resultados, contribuindo diretamente para o atingimento dos objetivos estratégicos do órgão | SCGP | | X | X | |
| 7.13 Desenvolvimento de trilhas no sistema eletrônico de gestão de pessoas | Relevância: Necessidade de racionalizar e aprimorar os trabalhos de controle e auditoria sobre o Grupo de Despesas (Pessoal e Encargos Sociais, incluindo auxílios, vantagens e benefícios), que correspondem a 89% do orçamento total do órgão (Ver Anexo II - Quadro I). | SCGP | | | | X |
| 8. OUTRAS AÇÕES DE CONTROLE E AUDITORIA | | | | | | |
| 8.1 Processos de concessão de aposentadoria e pensão (análise prévia) | Relevância e Materialidade: Obrigação por força de dispositivo legal (Instrução Normativa TCU 78/2018), bem como de atos complexos que resultam em pagamentos expressivos e de longa duração, correspondente a 28% das despesas com Pessoal (Ver Anexo II - Quadro I). | SCGP | X | X | | |
| 8.2 Processos de concessão de aposentadoria e pensão (análise <i>a posteriori</i>) | Relevância e Materialidade: Obrigação por força de dispositivo legal (Instrução Normativa TCU 78/2018), bem como de atos complexos que resultam em pagamentos expressivos e de longa duração, correspondente a 28% das despesas com Pessoal (Ver Anexo II - Quadro I). | SCGP | X | X | X | X |
| 8.3 Prestação de Contas Anual - TCU - Relatório ou Parecer da Unidade de Controle ¹ | Relevância: Obrigação por força de dispositivo legal. | SCGAP SCGOF SCGP | X | X | X | X |

¹ Nos anos em que o TRT7 seja selecionado como unidade jurisdicionada obrigada à Prestação de Contas ao TCU.